



arg. ex 04/90

Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXERCÍCIO DE 19 90

INTERESSADO:

Ver Pedro Luiz Correa

PROJETO DE LEI N.º

07/90

PROTOCOLADO SOB O N.º 342/90

ASSUNTO:

Dando nova redação ao art. 27 da Lei nº 3571 de 24 de janeiro de 1989.

AUTUAÇÃO

Aos 05 dias do Mês de fevereiro do ano de mil novecentos e

~~oitenta e~~ noventa , autuo, nos termos da lei, a petição de fls. 1 e mais documentos que se seguem.


PROTOCOLISTA

PROJETO DE LEI Nº

07/90

EMENTA : reduz a alíquota do imposto sobre venda a varejo de combustíveis.

Art. 1º - O Artigo 27 da Lei nº 3571 de 24 de janeiro de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 27 - A alíquota do imposto é de 1,5% (um e meio por cento).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 1990.


Pedro Luiz Corrêa

- Vereador

J U S T I F I C A T I V A

O presente Projeto de Lei tem como justificativa o nosso interesse em diminuir o ônus que vem sendo imposto ao consumidor, com os frequentes e desregrados aumentos dos combustíveis.

Quando da votação da Lei 3.571 o Poder Executivo garantia que não iria transferir ao consumidor o ônus imposto. Com isso, a Câmara aprovou a Lei e a promessa não foi cumprida, tendo o ônus do acréscimo de 3% sido transferido ao consumidor final.

Com a aprovação do presente Projeto, e a consequente diminuição do percentual, a Câmara passaria a premiar o consumidor final com uma diminuição do encargo, o que entendemos que é racional e da nossa competência consoante as prescrições do Artigo 156, III, § 4º, I da Constituição Federal.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ANEXA AO PROCESSO N.º 349/90

As Comissões de Justiça e Finanças

Presidente da Câmara

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador

pa. relatar.

Em,

Walfredo Wilson das Neves
PRESIDENTE

Sr. Presidente:

O Projeto de Lei nº 07/90, de autoria do nobre colega Pedro Luiz Corrêa, propõe a redução do imposto sobre venda a varejo de combustíveis em 01,5% (Hum e meio por cento).

Respeitamos o grande alcance social da propositura que vem reduzir impostos em um momento financeiramente crítico para o cidadão.

Mas tal propositura vai de encontro ao Artº 155, Inciso III do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos pela sua rejeição.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1990.

LUZIA ALVES TOLEDO

RELATORA

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador

para relatar

Em

CÂMARA DE

Anselmo Laghi Laranja
Presidente.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador

1990

PROPOSTA Nº 100

1990

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100

PROPOSTA Nº 100



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4
@

N.º 001/91

Vitória, 14 de março de 1991.

Da: Comissão de Justiça

À : Secretaria da Câmara Municipal de Vitória

Nos termos do artigo 60 da Resolução Nº 1.083, de 15/07/1975, venho devolver o presente Projeto de Lei para seguir os trâmites normais ditados pelo Regimento Interno desta Casa. O motivo de tal devolução se dá pelo fato de já ter sido esgotado o prazo previsto para emitir parecer, de acordo com o artigo 58 da mesma Resolução citada, isto ainda na Comissão cujo mandato se esgotou no dia 31/12/90.

Por entendermos que vários projetos são de interesse da população do Município, requeremos a sua inclusão em pauta, conforme disposto no art. 62 do Regimento Interno.

Atenciosamente

ANSELMO LAGHI LARANJA
PRESIDENTE.-



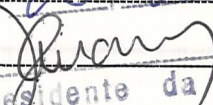
Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

05/
2004

ANEXA AO PROCESSO N.º 342/90

A Comissão de Justiça

Em 05/06/1991

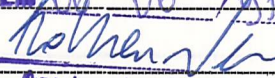

Presidente da Câmara

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador Stau Stein

para relatar.

Em 06/06/91



Anselmo Laghi Laranja
Presidente

P/

06
200

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Processo nº 342/90
Projeto de Lei nº 07/90
Autor: Vereador Pedro Luiz Correa
Relator: Vereador Stan Stein

COMISSÃO DE JUSTIÇA
Aprovado o Projeto
Encaminhado à Secretaria da Câmara
18.06.1991
S.S.A.V. 1.529, VA 2.2
Assinado por Stan Stein
Relator

Reduz a alíquota do imposto
sobre a venda à varejo de
combustíveis.

RELATÓRIO:

O autor propõe no presente projeto de lei, a alteração do artigo 27 da lei 3.571, de 24 de janeiro de 1989, que instituiu o imposto sobre a venda à varejo dos combustíveis líquidos e gasosos, propondo a redução da alíquota de 3 (três) para 1,5 (um e meio) por cento. Propõe, ainda, que esta lei entre em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

CONCLUSÃO:

A matéria trata de assunto de natureza tributária, consequentemente, da iniciativa privativa do sr. Prefeito Municipal.

O projeto de lei, contém o vício de iniciativa, insanável, porquanto o art. 80, parágrafo único, inciso II da LOM, considera da iniciativa privativa do Prefeito, as matérias ou as leis que tratam sobre matéria tributária. E este é o caso, ao propor a redução da alíquota de 3 (três) para 1,5 (um e meio) por cento sobre a venda de combustíveis líquidos e gasosos.

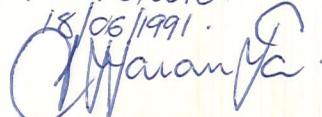
A matéria é inconstitucional, não podendo ser votada pelo plenário, porquanto, a eventual aprovação da mesma, implicará nulidade do ato legislativo que não observar, no processo de sua elaboração, as normas do processo legislativo, especialmente, quanto à iniciativa e competência legislativas, conforme art. 78, parágrafo único, inciso I da LOM.

A matéria é inconstitucional, devendo portanto ser rejeitada.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1991.

com o relator


com o relator

18/06/1991


STAN STEIN
Relator.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Aprovado o Parecer

Encaminhe-se à Secretaria da Câmara

S.S.A.V. 25/06/81

Anselmo Laghi Laranja
Presidente

Reduz a alíquota do imposto
sobre a venda a varejo de
combustíveis.

RELATÓRIO

O autor propõe no presente projeto de lei, a alteração do
artigo 57 da lei 3.371, de 24 de janeiro de 1982, que
instituiu o imposto sobre a venda a varejo dos combustíveis
líquidos e gasosos, propondo a redução da alíquota de 3
(três) para 1,5 (um e meio) por cento.
Prope, ainda, que esta lei entre em vigor 30 (trinta) dias
após a sua publicação.

CONCLUSÃO

A matéria trata de assunto de natureza tributária,
consequentemente, da iniciativa privativa do Sr. Prefeito
Municipal.
O projeto de lei, contém o vício de iniciativa, insanável,
portanto o art. 80, parágrafo único, inciso II da LOM,
considera da iniciativa privativa do Prefeito, as matérias
de que tratam sobre matéria tributária. E este é o
caso, ao propor a redução da alíquota de 3 (três) para 1,5
(um e meio) por cento sobre a venda de combustíveis líquidos
e gasosos.
A matéria é inconstitucional, não podendo ser votada pelo
Plenário, portanto, a eventual aprovação da mesma,
implicará nulidade do ato legislativo que não observar, no
processo de sua elaboração, as normas do processo
legislativo, especialmente, quanto à iniciativa e
competência legislativa, consoante art. 78, parágrafo único,
inciso I da LOM.
A matéria é inconstitucional, devendo portanto ser
rejeitada.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1981.

STAN STEIN
Relator

com o relator
Anselmo Laghi Laranja

com o relator
Anselmo Laghi Laranja



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

97

Do Departamento Administrativo para Arquivos
Procedências: E, 13/Ago/91

Quary
Alexandre Buaiz Neto
Presidente da C.M.V.

A Comissão de Finanças

Em 19/08/91

Quary
Presidente da Câmara

Comissão de Finanças e Orçamento
Ao vereador <u>STH STEIN</u>
para relatar o presente processo
Em <u>19</u> / <u>08</u> / <u>91</u>
<i>[Signature]</i> Namy Chequer Pombal Filho Assessor

Do Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
Para conhecimento e apreciação do relatório
anexo.

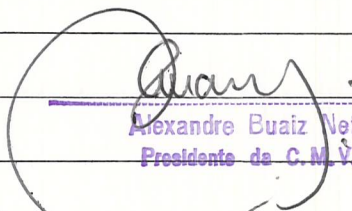
Em 20 de agosto de 1991
João [Signature]



ANEXA AO PROCESSO N.º 342/90

Do Repetimento das Leis e das Provisões
provisórias: —

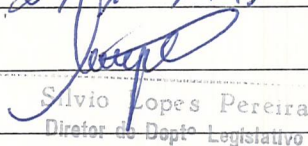
Em 02/ Setembro / 91.


Alexandre Buaiz Neto
Presidente da C.M.V.

Dr. Superintendente

Por encargo do Sr. Presidente da Câmara, encaminhar o presente processo ao Departamento Legítimo, quando deverá ser encaminhado à representação da Câmara, sugiro que seja observado o art. 159 do R.J.

Em 29/10.1991


Silvio Lopes Pereira
Diretor do Depto. Legislativo

ARQUIVE - SE

EM 04/ 11 / 1991


SUPERINTENDENTE
ADMINISTRATIVO

98

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Gabinete do Vereador Stan Stein

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Processo nº 342/90
Projeto de Lei nº 07/90
Autor: Vereador Pedro Luiz Correa
Relator: Vereador Stan Stein

Reduz a alíquota do imposto
sobre a venda à varejo de
combustíveis.

RELATÓRIO:


O autor propõe no presente projeto de lei, a alteração do artigo 27 da lei 3.571, de 24 de janeiro de 1989, que instituiu o imposto sobre a venda à varejo dos combustíveis líquidos e gasosos, propondo a redução da alíquota de 3 (três) para 1,5 (um e meio) por cento. Propõe, ainda, que esta lei entre em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

CONCLUSÃO:

A matéria trata de assunto de natureza tributária, consequentemente, da iniciativa privativa do sr. Prefeito Municipal.

O projeto de lei, contém o vício de iniciativa, insanável, porquanto o art. 80, parágrafo único, inciso II da LOM, considera da iniciativa privativa do Prefeito, as matérias ou as leis que tratam sobre matéria tributária. E este é o caso, ao propor a redução da alíquota de 3 (três) para 1,5 (um e meio) por cento sobre a venda de combustíveis líquidos e gasosos.

A matéria é inconstitucional, não podendo ser votada pelo plenário, porquanto, a eventual aprovação da mesma, implicará nulidade do ato legislativo por não observar, no processo de sua elaboração, as normas do processo legislativo, especialmente quanto à iniciativa e competência legislativas, conforme art. 78, parágrafo único, inciso I da LOM.



Ademais das considerações acima, a pretensão do autor de fazer entrar em vigor, em 30 dias, a sua proposta, implicaria em interferência no conjunto das despesas fixadas no orçamento vigente.
Por não ser de iniciativa de vereador a apresentação de matéria desta natureza, recomenda-se, portanto, a sua rejeição.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 1991

STAN STEIN
Relator.

De acordo com o relator
[Signature]
conforme relator

Comissão de Finanças e Orçamento
Aprovado o parecer
À Presidência da Câmara para as providências cabíveis.
Em 26 / 08 / 91
Namy Ch... Habib Filho
P... ..